



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA**  
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**Dados do Processo**

Processo: 201982200442	Distribuição: 15/10/2019
Número Único: 0000420-55.2019.8.25.0070	Competência: Nossa Senhora Aparecida
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: ANTONIO BENTO DOS SANTOS SOBRINHO  
Endereço:  
Complemento:  
Bairro:  
Cidade: NOSSA SENHORA APARECIDA - Estado: SE - CEP: 49540000  
Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: 5º ANDAR  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: - CEP: 20031205



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA  
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA**  
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201982200442

**DATA:**

15/10/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201982200442, referente ao protocolo nº 20191014201606202, do dia 14/10/2019, às 20h16min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS DISTRITO JUDICIÁRIO DE NOSSA  
SENHORA APARECIDA - SERGIPE**

**ANTÔNIO BENTO DOS SANTOS SOBRINHO**, brasileiro, casado, operador de escavadeira, portador do RG nº 1.154.615 SSP/SE e CPF nº 591.656.775-87, residente e domiciliado no Povoado Arary, S/N, Zona Rural, Nossa Senhora Aparecida/SE, CEP 49.540-000, Tel.: (79) 99945-0746, não possui endereço eletrônico, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO  
DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico desconhecido, por razões de fato e de direito a seguir delineadas:

**DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.

**DOS FATOS**

No dia 09 de Fevereiro de 2019, o Requerente conduzia o veículo automóvel, marca/modelo GM/CORSA WIND, ano 2000/2000, cor branca, placa MTF-2994,



Carira/SE, quando um veículo não identificado, veio no sentido contrário em alta velocidade e para evitar a colisão o Requerente fez uma manobra abrupta e acabou ocorrendo o capotamento por três vezes do veículo no qual estava, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fraturas na cervical em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar de o Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros), a seguradora realizou pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT apenas no valor de R\$ 4.893,75 (quatro mil oitocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), em 11 de Julho de 2019, valor este que é inferior ao percentual devido, por ser desproporcional à lesão sofrida, conforme será demonstrado pelos documentos anexos e pelo exame pericial.

Portanto, não restou outra alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

## **DO DIREITO**

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei nº 6.194/74:



Art. 5º **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Nesta linha de raciocínio, **há que se esclarecer que não se discute, nesta lide, o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se portanto ao valor devido**, pois que a seguradora apenas pagou o valor de R\$ 4.893,75 (quatro mil oitocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), em 11 de Julho de 2019, conforme documento anexo.

Portanto, **não há que se falar em quitação da obrigação por parte da Requerida na seara administrativa, pois o quê o Requerente busca é receber justamente o valor que compreende inadimplido, pugnando tal valor por meio da tutela jurisdicional ora pleiteada através desta ação. Dessa forma, o Requerente demonstra total interesse de agir no presente feito, inclusive há entendimento já pacificado pela Corte de Justiça do Estado de Sergipe neste sentido, *in verbis*:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DAS SEGURADORAS. I - Preliminares. **Falta de Interesse de Agir. O recibo de quitação administrativa não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente. Doutrina e jurisprudência afastam o esgotamento da via administrativa como requisito de acesso ao Judiciário, dando eficácia ao direito fundamental de ação e ao princípio do amplo acesso à Justiça.** Alegação de necessidade de perícia. Insubsistente. Prova já colhida. Laudo pericial encartado aos autos. Preliminares rejeitadas. (...) III - Recurso conhecido e parcialmente provido APELAÇÃO CÍVEL Nº 11181/2012, 10ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, GILSON FELIX DOS SANTOS, JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 19/02/2013. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Assim, segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

**II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.**

(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:



§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) (Grifou-se).*

Mesmo assim, no presente caso o Requerente ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor claramente inferior ao que deveria receber, tendo em vista o desrespeito da seguradora ao enquadramento estabelecido na lei que garante o pagamento de percentual determinado.

Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor inferior ao do seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP, o que não se pode conceber. Pois, desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, logo os Tribunais já tem se posicionado quanto a possibilidade de se exigir a diferença:

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei nº 8.441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML. TJ-SE - INTEIRO TEOR. APELAÇÃO CÍVEL AC 2012202671 SE (TJSE)DATA DE PUBLICAÇÃO: 12/06/2012. (Grifou-se).**





EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. “O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada” Súmula n. 256- STJ. “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ. STJ-RECURSO ESPECIAL 1170587 PR 2009/0236573-1 DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010. (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

**Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez.** (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Autor, o qual será constatado por meio de exame pericial, tendo em vista a incoerência da Seguradora no pagamento do seguro obrigatório.

## DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a



não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;

- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja **a presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 8.606,25 (oito mil seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 14 de Outubro de 2019.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



## **ANEXO I**

### **QUESITOS PARA PERÍCIA**

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?
5. Está correta a quantia paga administrativamente?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização?



## PROCURAÇÃO

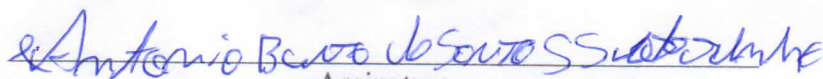
**OUTORGANTE:** Antônio Bento dos Santos Sobrinho,  
brasileiro, casado, operador de esquadras,  
inscrito no RG sob N.º 1.154.615 SSP/SE e no  
CPF sob N.º 591.656.775-87, residente e domi-  
ciliado no Povoado Anny, S/N, Zona  
Rural, V. Sra. Aparecida SE, CEP: 49.540-000

**OUTORGADO:** José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na  
OAB/AL, sob o n.º 12.367 e na OAB/SE, sob o n.º 889-A, CPF sob o n.º 018.386.315-18,  
com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, n.º 381, Centro, CEP: 49.680-000,  
Nossa Senhora da Glória/SE.

**PODERES:** pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos  
poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo,  
Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e  
defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos  
legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação  
inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre  
que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação,  
podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou  
sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o  
substabelecido.

**FINALIDADE:** propor ação de exoneração

N. Sra. da Glória/SE, 07 de Outubro de 2019

  
Assinatura





## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

**Declarante:** Antônio Bento das Santos Sabrinho  
brasileiro, casado, operador de escavadeira,  
inscrito no RG sob N.º 154.815 SSP/SE e  
no CPF sob N.º 591.656.775-87, residente  
e domiciliado no Paroquial Aracy, 3/1  
Zona Rural, V. Sra. Aparecida/SE, CEP: 49540-000.

Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da "Gratuidade da Justiça", que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

V. Sra. da Glória/SE, 07 de Outubro de 2019



Antônio Bento das Santos Sabrinho  
Assinatura



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

*Antonio Bonifacio de Souza*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

30/05/2018

DATA DE EXPIRAÇÃO

REGISTRO CIVIL 1.154.615 2.VIA

NOME ANTONIO BENITO DOS SANTOS BORGATO

FILIAÇÃO MARIA NELEICE DOS SANTOS

CELEIA BENITO DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 07/03/1972

NATURALIDADE MATOZULIA-PR

DOS ORIGEM CT. CASAMENTO NR 315 LV 0003 FL 042V

CT. CASAMENTO NR 315 LV 0003 FL 042V

CT. CASAMENTO NR 315 LV 0003 FL 042V

CPF 591.656.775-67

ASSINATURA DO DETENTOR

LE Nº 7.116 DE 20/02/03



Nome do Cliente

**ANTONIO BENTO SANTO SOBRINHO**

CPF

\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\*

**POV ARARY, 2488, POV ARARY, 49540-000**

Grupo/Setor/Registro/Leitura

**536001/00071**

Data da Leitura

**11/06/2019**

Hidrômetro

**A10N632119**

Classificação / Encargos

**RES: 1**

 Leit. Anterior 748  
 Leit. Atual 755  
 Consumo Faturado (m3) 10  
 Média de consumo (m3) 8  
 Ocorrência da Leitura  
 Data da Leit. Anterior 10/05/19  
 Dias de Consumo 32  
 Média diária (m3) 0,25  
 Previsão para Próx. Leit. 11/07/19

**HISTÓRICO DE CONSUMO**

REF.	(m3)
05/19	00008
04/19	00008
03/19	00011
02/19	00009
01/19	00007
12/18	00008

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
**PREVISÃO DE TRIBUTOS (R\$)**
**COFINS: 2,93**
**PASEP: 0,64**
**Serviços**
**AGUA**
**ESGOTO**
**080 MULTA P/IMPONTUALIDADE**

Valor

**37,74**
**0,00**
**0,76**
**0101 05/2019**

Mês Referência:

**06/2019**
**VENCIMENTO: 18/06/2019**

TOTAL A PAGAR R\$

**38,50**

NO TRANSITO, O SENTIDO E A VIDA. MAIO AMARELO.  
 O ATENDIMENTO PELA OUVIDORIA DA AGRESE SO OCORRERA APOS PROTOCOLO REGISTRADO NA  
 DESO E SERVICO NAO EXECUTADO DENTRO DA DATA PREVISTA

A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento  
 implicará na interrupção do fornecimento de serviços - art 91.  
 Decreto Lei nº 27.565/2010.

**CANAIS DE ATENDIMENTO: 0800 079 0195 - SAC 4920-0195**
**AGÊNCIA VIRTUAL: www.deso-se.com.br/agenciavirtual**
**Qualidade da Água Distribuída (Decreto Federal nº 5.440/2005 - Art 5º inciso II)**

Parâmetro	Turbidez	Cor	Cloro	Fúor	Coliformes Totais	Coliformes Fecais
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	13	10	13		13	33
Nº de Amostras Analizadas	33	33	33		33	33
Nº de Amostras de Amostragem em Conformidade com Portaria 2.914/2011	18	22	26		32	32

Favor Autenticar

**COMPROVANTE DA DESO**

 Matrícula  
**394020.9**

Vencimento

**18/06/2019**

 Mês/Ano  
**06/2019 0**

TOTAL A PAGAR R\$

**38**

**DESO**  
 COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA MUNICIPAL DE RIBEIRÓPOLIS - RIBEIRÓPOLIS - SE



Nº: 035808/2019

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 035808/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 03/04/2019 12:16 Data/Hora Fim: 03/04/2019 12:28  
Delegado de Polícia: Eurico César Souza Nascimento

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Distrital de Nossa Senhora Aparecida

Data/Hora do Fato: 09/02/2019 16:00

Local do Fato

Município: Ribeirópolis (SE)

Logradouro: Povoado Arari

Complemento: Próximo ao Povoado Cruz das Graças

Bairro: Centro

CEP: 49.540-000

Tipo do Local: Em veículo

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: ANTONIO BENTO DOS SANTOS SOBRINHO (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: PR - Marialva

Sexo: Masculino

Nasc: 07/03/1972

Profissão: Operador de Escavadeira

Estado Civil: Casado(a)

Nome da Mãe: Maria Neosice dos Santos

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 1154615

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 591.656.775-87

Endereço

Município: Nossa Senhora Aparecida - SE

Logradouro: Povoado Arari - RUa 01

Nº: S/N

CEP: 49.540-000

Telefone: (79) 99945-0746 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhão
CPF/CNPJ do Proprietário 723.242.445-00	Placa MTF2994
Ano/Modelo Fabricação 2000/2000	Cor branca
Marca/Modelo GM CORSA WIND	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido

Nome Envolvido	Envolvimentos
Antonio Bento dos Santos Sobrinho	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

Relata que estava transitando por uma via do Povoado Arari próximo ao Povoado Cruz das Graças, quando um veículo, que não sabe identificar, veio no sentido contrário em alta velocidade e para evitar a colisão o noticiante fez uma manobra abrupta e acabou ocorrendo o capotamento por três vezes do veículo no qual estava. Que devido ao acidente automobilístico



Delegado de Polícia Civil: Eurico César Souza Nascimento  
Impresso por: Matheus Fraga Correa  
Data de Impressão: 03/04/2019 12:28  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA MUNICIPAL DE RIBEIRÓPOLIS - RIBEIRÓPOLIS - SE



Nº 035808/2019

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 035808/2019

fraturou duas vertebbras na cervical, conforme relatório médico, usando até hoje um colete na cervical.

ASSINATURAS

Matheus Fraga Correa  
Responsável pelo Atendimento

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima asserntadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que do origem, conforme previsto nos Artigos 359-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

Form fields for the report, including sections for 'DADOS DA OCORRÊNCIA', 'ENVOJADO(S)', 'DELETO(S) ENVOJADO(S)', and 'RELATÓRIO HISTÓRICO'. The fields contain various details about the incident and the individuals involved.



Delegado de Polícia Civil: Eurico César Souza Nascimento  
Impresso por: Matheus Fraga Correa  
Data de Impressão: 03/04/2019 12:28  
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos

2  
/NEURO

MS/DATASUS HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1856860 DATA: 10/02/2019 HORA: 00:43 USUARIO: WSANTOS  
CNS: SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE  
NOME : ANTONIO BENTO DOS SANTOS SOBRINHO DOC....: 1154615  
IDADE.....: 46 ANOS NASC: 07/03/1972 SEXO...: MASCULINO  
ENDERECO.....: POVOADO ARARI NUMERO:  
COMPLEMENTO....: 700103911119716 BAIRRO: ZONA RURAL  
MUNICIPIO.....: NOSSA SENHORA APARECIDA UF: SE CEP....: 49540-000  
NOME PAI/MAE...: OZEIA BENTO DOS SANTOS /MARISA NEOSICE DOS SANTOS  
RESPONSAVEL...: MARIA IRAILDE-ESPOSA TEL....: 79-99635.1  
PROCEDENCIA...: HOSPITAL N. SRA. DA GLORIA 692  
ATENDIMENTO...: ACIDENTE AUTOMOBILISTICO  
CASO POLICIAL.: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO  
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [ X ] mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS: *Paciente em acompanhamento de Neurologia - avaliação de Neurologia - vítima de acidente no apr. 46*  
DATA PRIMEIROS SINTOMAS: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

ANOTACOES DA ENFERMAGEM: *com suspeita de trauma de origem ambiental.*

DIAGNOSTICO: CID:

PRESCRICAO	HORARIO DA MEDICACAO
1- Aval. Neurologia	
2- Alto e ferat	
<i>Dr. Argus Fernandes</i> <i>Neurologia Vascular</i> <i>4723-SE</i>	

DATA DA SAIDA: / / HORA DA SAIDA: :  
ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASAO [ ] DESISTENCIA  
[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO  
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):  
OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS [ ] FAMILIA [ ] IML [ ] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

HUSE

REGISTRO: *Cronic/curatela*  
DATA: *10/2/19*  
HORARIO: *44138*  
*Unidade*



# RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE:

DATA DA ENTRADA:

DATA DA SAÍDA:

Antônio Bento do Fato  
10/02/2019  
11/02/2019  
Salmir

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO:

PS ( )

ENFERMARIA ( )

UTI ( )

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente automobilístico, oriundo de Itaipua, com suspeita de fratura de vértebra, diagnóstico vertebro cervical. O TC de crânio foi normal e o TC de cervical mostrou fratura de lamina C6 fratura de massa lateral C7 e processo espinhoso de C7. Mantida colar cervical. Mantida sem dor. Recusa alta com retorno para o ambulatório.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

TC crânio / cervical

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Marcos Paulo do S. Teixeira  
Dr. Alvaro Leite  
Dr. Edmar Oliveira

CONDIÇÕES DE ALTA:

MELHORADO (X)

TRANSFERIDO ( )

ÓBITO ( )

ARACAJU, 01 de abril de 2019

Ana Luiza Diniz Barreto  
Especialista em PT  
CPF 138 478 965-03 CRM 789

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO



PREFEITURA

**RIBEIRÓPOLIS**

Para o bem da nossa terra

**RECEITUÁRIO**

Nome:

Resatôen Medico.

Pac. Antonio B. dos Santos Adrainho  
foi vítima de acidente automobilístico  
em 10/02/19, sendo acometido de fratura  
de duas vertebrae de Cervical, passal por  
tratamento conservador. Apresenta sequelas,  
dificuldade para rotacionar o pescoço.  
Encontra-se de alta definitiva.

CID: S12.2

Ribeirópolis, 02 de 05 de 2019

  
Clínica Médica SESISE

Fundo Municipal de Saúde de Ribeirópolis  
Av. Leandro Maciel, S/N - Telefone: (79) 3449-1480 - CNPJ: 13.104.427/0001-81  
Ribeirópolis - Sergipe



(7)



Buscar no site



Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

## ACESSIBILIDADE

[/Pages/Acessibilidade.aspx](#)[/Pages](#)[/Atalhos-de-Consulta-Indenizacao.aspx](#)[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](#)  
[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](#)  
[Documentos Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](#)  
[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](#)

## PAGUE SEGURO

[Como Pagar \(/Pages/Saiba-como-pagar.aspx\)](#)  
[Consulta a Pagamentos Efetuados \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuos.aspx\)](#)

## ACOMPANHE O PROCESSO

[Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. \(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx\)](#)

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para a documentação completa.

## SINISTRO 3190376674 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ANTONIO BENTO DOS SANTOS SOBRINHO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA

BENEFICIÁRIO ANTONIO BENTO DOS SANTOS SOBRINHO

CPF/CNPJ: 59165677587

## Posição em 07-10-2019 13:31:12

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
11/07/2019	R\$ 4.893,75	R\$ 0,00	R\$ 4.893,75

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
19/07/2019	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	<a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/ayH7+FEZg2vJ7qFr7i+Q==/hviaKMLGerXRuphngaVW5____XCdvU+W2U7rQCQLrQnleqkm672AgLi1C6V29DPaY/y+f14Fc2be2CiyY/SKNQC3sighPUMCAv+a+oahZikCanF____J9OmuCKI2aMkt6Kpj4b2gY9mYcdRrSowKT7api_key=tEbd5YBUjH">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/ayH7+FEZg2vJ7qFr7i+Q==/hviaKMLGerXRuphngaVW5____XCdvU+W2U7rQCQLrQnleqkm672AgLi1C6V29DPaY/y+f14Fc2be2CiyY/SKNQC3sighPUMCAv+a+oahZikCanF____J9OmuCKI2aMkt6Kpj4b2gY9mYcdRrSowKT7api_key=tEbd5YBUjH</a>
29/06/2019	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	<a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/8oZrBTEahVEBooRTSr4PQ==/D9ftnNkQIV____3srehV0BeyFYVJsv+Sp845rH4UjzXmEUCVETztkmZk99yNriinN4q/azf1eRyMITbzpco55YeL/IhUjn0lkmBM9d57FYMnIvKjYKQJTrUxZhSM____6xKknzVclE9P4n6ZGxbXHQoeASnjX____UQKfq8DjX9rZobva">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/8oZrBTEahVEBooRTSr4PQ==/D9ftnNkQIV____3srehV0BeyFYVJsv+Sp845rH4UjzXmEUCVETztkmZk99yNriinN4q/azf1eRyMITbzpco55YeL/IhUjn0lkmBM9d57FYMnIvKjYKQJTrUxZhSM____6xKknzVclE9P4n6ZGxbXHQoeASnjX____UQKfq8DjX9rZobva</a>
18/06/2019	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	<a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/oHqLhHZzldEuN2usRqjnw==/DMWBh5fve+WyeHOvPmZSMr0____gazhRVbcagE91DFcyZwFlo6vEuPr9kvYUIE____1r2i/ZBEPGdDt968Qc85/S1zBKILrTtsuwz1VQxZZUKbkjCKGSDvc8CFVOns7yj4zwlXd1uFWB+aXztsQ5jSOKIAuFE4f7STAHyuGRKpm">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/oHqLhHZzldEuN2usRqjnw==/DMWBh5fve+WyeHOvPmZSMr0____gazhRVbcagE91DFcyZwFlo6vEuPr9kvYUIE____1r2i/ZBEPGdDt968Qc85/S1zBKILrTtsuwz1VQxZZUKbkjCKGSDvc8CFVOns7yj4zwlXd1uFWB+aXztsQ5jSOKIAuFE4f7STAHyuGRKpm</a>
15/06/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	<a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/c4B08IX____rszR90g0jXXYTA==/fQ+k0snvs8EOj04+15Vjq3qTiv____2d2DV3ptsuNXrvODfX8OLKGp5EiqahvxKBf31/nL23____CvriuE0g16HmbW/79USVAh1FK8B5zh3jgVz54XICkI6WLU50b+Zwepb5UMdtc4wpsD86eY____QUa02LViqyehzn+Oxjkk87frQ">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/c4B08IX____rszR90g0jXXYTA==/fQ+k0snvs8EOj04+15Vjq3qTiv____2d2DV3ptsuNXrvODfX8OLKGp5EiqahvxKBf31/nL23____CvriuE0g16HmbW/79USVAh1FK8B5zh3jgVz54XICkI6WLU50b+Zwepb5UMdtc4wpsD86eY____QUa02LViqyehzn+Oxjkk87frQ</a>
15/06/2019	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	<a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/bq0oijHPwK6BqxJ52McnQ==/X7ezQVAF+a5jZi3O1mMjOwszQ1yL8+THZxoG8IMoj1XXHbl9dghljbJk+75WRATb/OkK8we22____j0zkcAlhYr/S1zBKILrTtsuwz1VQxZZUKbkjCKGSDvc8CFVOns7yj4zwlXd1uFWB+aXztsQ5jSOKIAuFE4f7STAHyuGRKpm">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/bq0oijHPwK6BqxJ52McnQ==/X7ezQVAF+a5jZi3O1mMjOwszQ1yL8+THZxoG8IMoj1XXHbl9dghljbJk+75WRATb/OkK8we22____j0zkcAlhYr/S1zBKILrTtsuwz1VQxZZUKbkjCKGSDvc8CFVOns7yj4zwlXd1uFWB+aXztsQ5jSOKIAuFE4f7STAHyuGRKpm</a>

## Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

[Disponível na App Store](#) (<https://itunes.apple.com/us/app/segu-ro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)[Disponível no Google Play](#) (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataforma digital>)

## Serviços

[Acompanhe seu Processo \(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx\)](#)  
[Consulte a Carteira de Pagamentos \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuos.aspx\)](#)  
[Saiba Como Pagar \(/Pages/Saiba-como-pagar.aspx\)](#)  
[Pontos de Atendimento \(/Pontos-de-Atendimento\)](#)  
[Como Pedir Indenização \(/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao\)](#)

## Dúvidas e Respostas

[A Seguradora Líder-DPVAT \(/Pages/Quem-Somos.aspx\)](#)  
[Sobre o Seguro DPVAT \(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](#)  
[Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](#)  
[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](#)  
[Dicionário do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](#)  
[Perguntas Frequentes \(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes.aspx\)](#)

## Atendimento

[Chat - Atendimento On-line \(/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line\)](#)  
[Dúvidas, Reclamações e Sugestões \(/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes\)](#)  
[Telefones de Contato \(/Contato/telefonos-de-contato\)](#)  
[Ouvidoria \(/Contato/Ouvidoria\)](#)  
[Canal de Denúncias \(/Contato/canal-de-Denuncias\)](#)  
[Mapa do Site \(/Mapa-do-Site\)](#)  
[Consumidor.gov](#) (<https://www.consumidor.gov.br>)[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA**  
**Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201982200442

**DATA:**

15/10/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Face a distribuição<br>{Via Movimentação em Lote nº 201900111}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA**  
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201982200442

**DATA:**

18/10/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Dessa forma, diante da necessidade de apreciação do pleito visando à gratuidade judiciária na exordial, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder o recolhimento das custas processuais ou comprovar documentalmente a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de indeferimento do pleito.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Nossa Senhora Aparecida**

Nº Processo 201982200442 - Número Único: 0000420-55.2019.8.25.0070

Autor: ANTONIO BENTO DOS SANTOS SOBRINHO

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Da análise detida dos autos, verifica-se que o requerente formulou pedido de concessão dos beneplácitos da Justiça Gratuita na inicial.

Neste diapasão, reza o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, que “*o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*”.

Conforme se vê do referido dispositivo constitucional, para usufruir do benefício da gratuidade judiciária não é suficiente que apenas o interessado declare a impossibilidade de arcar com as custas processuais sem comprometer o sustento próprio ou de sua família, nos moldes do art. 98 do CPC, e sim que comprove a insuficiência de recursos.

Nesse sentido decidiu a 1ª Turma Cível do TJ/DF:

*CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. JUIZ QUE, DE OFÍCIO, INDEFERE PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA.*

**I – A Constituição Federal (art. 5º, LXXIV) exige do interessado em obter o benefício da gratuidade de justiça que comprove a insuficiência de recursos, restando não recepcionado, neste ponto específico, o dispositivo do art. 4º da Lei nº 1.060/50 que exigia apenas a mera declaração de hipossuficiência econômica.**

**II – A iniciativa do magistrado em verificar a comprovação da situação econômica do pretendente à gratuidade de justiça também está justificada pelo fato de que as custas judiciais têm natureza jurídica de tributo, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal (20050020054976ADI, Relator NATANAEL CAETANO, 1ª Turma Cível, julgado em 10/01/2005, DJ 10/11/2005, p. 97). Grifo nosso.**

De outra parte, dispõe o art. 4º do Provimento nº 10/2001 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado que para “*fins de enquadramento do beneficiário à assistência judiciária, deve o Magistrado orientar-se pelo disposto na Lei estadual nº 2.529/85, com a redação dada pela Lei Estadual nº 2.545/85. Por seus termos, faz jus ao benefício pessoa cuja situação financeira não permita pagar as despesas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu*



*sustento e da família, esclarecendo que tal situação financeira se configura com a percepção de rendimento **até três vezes o salário-mínimo**, ressaltando caso excepcional, na apreciação do magistrado". **Grifo nosso.***

Dessa forma, diante da necessidade de apreciação do pleito visando à gratuidade judiciária na exordial, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder o recolhimento das custas processuais ou comprovar documentalmente a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de indeferimento do pleito.

Com o fim do prazo acima delineado, havendo ou não manifestação, certifique-se e volvam-me conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Caldas de Souza Lisa, Juiz(a) de Nossa Senhora Aparecida, em 18/10/2019, às 15:04:17**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002688902-78**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA**  
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201982200442

**DATA:**

12/11/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 12367}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS DISTRITO JUDICIÁRIO DE NOSSA  
SENHORA APARECIDA - SERGIPE**

**Processo nº 201982200442**

**ANTÔNIO BENTO DOS SANTOS SOBRINHO**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado, que esta subscreve, vem mui respeitosamente manifestar-se, em cumprimento ao despacho de Vossa Excelência, com o fito de provar ser merecedor da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça:

O Requerente faz jus à concessão da gratuidade da justiça, haja vista que o mesmo não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

Porquanto, o Requerente é pessoa humilde, operador de escavadeira. Além disso, como já narrado na exordial o Requerente foi vítima de um acidente automobilístico no qual sofreu fraturas na cervical em virtude deste acidente, donde necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial, conforme relatórios médicos anexados a inicial.

Assim, o Requerente juntou com a presente inicial a declaração de hipossuficiência, informando que não possui condições para arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem que cause dano ao seu sustento e de sua família.

Desse modo, conseqüentemente, torna-se inviável o custeio das despesas processuais e o pagamento dos honorários do perito, pleiteando, portanto, os benefícios da gratuidade da justiça, assegurados pela Lei nº 1060/50 e consoante o art. 98, caput, do CPC/2015, *in verbis*:



---

**Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. (Grifou-se).**

Mister frisar, ainda sobre a gratuidade a que tem direito esta pessoa natural, o novo Código de Ritos Civis dispõe em seu art. 99, § 3º, que **“presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”**.

Assim, à pessoa natural basta a mera alegação de insuficiência de recursos, sendo desnecessária a produção de provas da hipossuficiência financeira. Ou seja, apresentado o pedido de gratuidade acompanhado de declaração de pobreza, há presunção legal que o juiz pode prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 99, § 3º, do CPC/2015 acima).

Portanto, entender de outra forma seria impedir os mais humildes de terem acesso à justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado de Direito, corolário do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para recebê-la, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional, que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, **bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira por meio de advogados particulares**, conforme art. 99, § 4º, do CPC/2015, vejamos:

**Art. 99, § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça. (Grifou-se).**

Excelência, como já afirmado, decorre da letra expressa do art. 99, § 3º, do CPC/2015, **que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei.**





---

Por fim, requer o Requerente a Vossa Excelência, que lhe seja concedida a gratuidade da justiça, com amparo nos argumentos de direito colacionados.

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 12 de Novembro de 2019.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA**  
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201982200442

**DATA:**

19/11/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 12367}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS DISTRITO JUDICIÁRIO DE NOSSA  
SENHORA APARECIDA - SERGIPE**

**Processo nº 201982200442**

**ANTÔNIO BENTO DOS SANTOS SOBRINHO**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado, que está subscreve, nos autos do processo que move em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, vem à presença de Vossa Excelência, com o fito de requerer a juntada aos autos da cópia da CTPS anexa, a qual comprova ser o Requerente merecedor da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça.

Requer-se, por fim, a Vossa Excelência o prosseguimento do feito.

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 19 de Novembro de 2019.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

**CTPS RECADASTRADA**



Número 34.851 Série 00004-SE

Antônio Bento dos Santos  
ASSINATURA DO PORTADOR

Sobrinho





## QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome

Antonio Bento dos Santos Sebrinho

Loc. Nasc.

Marialva

Est.

PR

Data

07 / 03 / 1972

Filiação

Ozelia Bento dos Santos  
Maria Neozile dos Santos

Doc. Nº

RG 1.154.615 SSP/SE

## ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

..... / ..... / .....

Doc. Ident. Nº

.....

Exp. em

..... / ..... / .....

Estado

.....

Obs.:

Data Emissão

11 / 05 / 2011

SRTE

Ag. do Trabalho / PE

Assinatura do Funcionário

Laidei Medeiros

Mat. 02577-8

## CONTRATO DE TRABALHO

Empre **AMC LOCAÇÃO DE MAQUIN. LTDA-ME**RUA **Manoel Mesquita** nº **357**CNPJ/MF **B. Aruamaça** nº **07.432.398/00**Rua **Araçaju - S. Nipe**

Município ..... Est. ....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo **OPERADOR DE RETRO ESCA****VADEIRA** CBO nº .....Data admissão **01** de **FEVEREIRO** de **2013**Registro nº ..... Fls./Ficha **025/017/16**Remuneração especificada **R\$ 1.400,00****(Quinze mil e quatrocentos reais)****por mês**Ass. do empregador ou a rogo c/test. **Antonio Augusto Melo Costa**

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de **2018**Ass. do empregador ou a rogo c/test. **Antonio Augusto Melo Costa**

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD nº **7755136633**





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA**  
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201982200442

**DATA:**

02/12/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA**  
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201982200442

**DATA:**

12/12/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Inicialmente, DEFIRO a gratuidade judiciária requerida, nos termos do art. 98 e ss. do NCPC. Cite-se o Requerido, para audiência de conciliação a se realizar em 28/01/2020, às 10h20min, no Fórum de Ribeirópolis, advertindo-o que o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação, por petição, terá como termo inicial a data da audiência de conciliação agendada.<br/><br/> Designo o dia 28/01/2020 às 10h:20min para que seja realizada audiência Conciliação/Mediação.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe**  
**Nossa Senhora Aparecida**

Nº Processo 201982200442 - Número Único: 0000420-55.2019.8.25.0070

Autor: ANTONIO BENTO DOS SANTOS SOBRINHO

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Inicialmente, DEFIRO a gratuidade judiciária requerida, nos termos do art. 98 e ss. do NCPC.

**Cite-se** o Requerido, para **audiência de conciliação a se realizar em 28/01/2020, às 10h20min, no Fórum de Ribeirópolis**, advertindo-o que o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação, por petição, terá como termo inicial a data da audiência de conciliação agendada.

Observe-se que, segundo o art. 334, § 8º, NCPC: “O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado”.

Apresentada Contestação, caso sejam arguidas preliminares (art. 337 do novo Código de Processo Civil), intime-se a parte Requerente, via ato ordinatório, pela imprensa, para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351 do NCPC), inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito (art. 350 do NCPC), bem como sobre os documentos eventualmente apresentados (art. 437 do novo Código de Processo Civil).

Se houver juntada de novos documentos com eventual réplica, abra-se vista à parte requerida, através de ato ordinatório, via Diário de Justiça, por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, do novo Código de Processo Civil).

Após, tudo cumprido e certificado, voltem os autos conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE VAZ FIDALGO**, Juiz(a) de Nossa Senhora Aparecida, em 12/12/2019, às 20:10:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019003192347-86**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA**  
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201982200442

**DATA:**

15/01/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data expedi carta de citação.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**NOSSA SENHORA APARECIDA DA COMARCA DE N. SRA.DE APARECIDA**  
Rua Presidente Medici, Bairro Centro, N. Sra.de Aparecida/SE, CEP 49540000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201982200442

**DATA:**

15/01/2020

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202082200065 do tipo (NCPC) - Citação Procedimento ordinário Prazo 15 dias  
[TM4079,MD126] <br/><br/> {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Nossa Senhora Aparecida  
Praça Manoel do Carmo de Jesus, S/N  
Bairro - Centro Cidade - Ribeirópolis/SE  
Cep - 49530000 Telefone - (79)3449-1310

Normal(Justiça Gratuita)



202082200065

PROCESSO: 201982200442 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000420-55.2019.8.25.0070  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: ANTONIO BENTO DOS SANTOS SOBRINHO  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A) e INTIMADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC); e 3) Comparecer à audiência de conciliação ou de mediação designada para o dia 28/01/2020 às 10:20:00 h, conforme art. 334 do CPC.

**Advertência:** O não comparecimento injustificado é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e serpa sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. No caso de revelia, será nomeado curador especial (art. 257. IV do CPC).

**Despacho:** Inicialmente, DEFIRO a gratuidade judiciária requerida, nos termos do art. 98 e ss. do NCPC. Cite-se o Requerido, para audiência de conciliação a se realizar em 28/01/2020, às 10h20min, no Fórum de Ribeirópolis, advertindo-o que o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação, por petição, terá como termo inicial a data da audiência de conciliação agendada.

Designo o dia 28/01/2020 às 10h:20min para que seja realizada audiência Conciliação/Mediação.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74  
**Bairro** : Centro  
**Cep** : 20031205  
**Cidade** : Rio de Janeiro - -

[TM4079, MD126]



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MARIA DANTAS FONTES VIANNA**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Nossa Senhora Aparecida, em 15/01/2020, às 12:53:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000075416-57**.

---